

PROBLEMATIZANDO O TERMO “CONVERSÃO”, A PARTIR DO CAMPO RELIGIOSO

Victor Vincent Valla¹

Ao longo de mais de vinte anos participando do GT de Educação Popular da Anped, compreendo que o objeto de conhecimento e de ação desse campo é a situação de exploração e subordinação das classes populares, sua apartação dos direitos já naturalizados para as classes médias e altas. Em torno desse objeto de conhecimento e de ação, temos construído concepções, práticas e propostas permanentemente postas à prova, em termos do seu alcance efetivo, bem como de sua capacidade de indicar caminhos e de resultar em soluções para os problemas identificados. Por isso, nossa participação nesse campo deve também se dar no sentido de contribuirmos para a discussão e reconstrução dessas concepções e práticas, para que possamos avançar na identificação desses caminhos e na construção de novas condições a partir das quais seja possível produzir soluções verdadeiras.

Nessa perspectiva, uma das minhas maiores tentativas de contribuição nesse campo são meus estudos sobre religiosidade popular.

Primeiro, porque entendo que o exercício da religiosidade é, em um país marcado por tantas desigualdades, como o

¹ Doutor em História Social. Pós-Doutorado na University of California - Berkeley, U.C.BERKELEY, Estados Unidos. Pesquisador Titular da Escola Nacional de Saúde Pública – ENSP/FIOCRUZ, e Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense – Brasil. E.mail: valla@ensp.fiocruz.br

nosso, uma experiência central na organização da vida das classes populares, uma espécie de experiência síntese, a partir da qual as classes populares têm elaborado uma parte importante das suas relações com os sofrimentos que atingem suas vidas, sofrimentos materializados nos desafios de sobrevivência, como os relacionados às questões da moradia, da saúde, da educação escolar, da violência e da participação política.

Segundo, porque esse é um tema sem prestígio nos debates sobre os enfrentamentos políticos do problema da pobreza, e o enfrentamento da pobreza exige que nos ocupemos dos temas sem prestígio, para podermos conhecer o que não conhecemos, as práticas, ações e relações que costumamos achar que “não têm sentido”, e que, no entanto, são referências sem as quais não podemos pensar em profundidade o mundo e as suas mudanças possíveis. A compreensão da centralidade da religiosidade popular é um caminho muito importante para avançarmos na compreensão das classes populares e de suas lutas. Por isso me dedico a ele.

A religiosidade popular é um campo vasto. Envolve uma multiplicidade de práticas e grande variedade de estudos, realizados por pesquisadores de diferentes áreas, a partir de diferentes metodologias, destacando-se estudos nos campos da sociologia e da antropologia que abordam as práticas de religiosidade sob a ótica da cultura. Mas o entendimento da religiosidade como experiência articuladora das demais práticas e relações das classes populares, no meu entender, exige, mais

que metodologia de pesquisa, uma postura de imersão na realidade de vida a partir da qual a religiosidade adquire essa centralidade.

Minha opção por estudar o pentecostalismo decorre do entendimento de que é nesse movimento religioso que a centralidade da pobreza se dá de forma mais radical. Por isso, inclusive, o forte fluxo de adesão dos pobres, especialmente os muito pobres, a essa religião. Isso me dá garantias de me aproximar de um núcleo de práticas das classes populares onde significativas experiências dos pobres se evidenciam mais intensamente, o que permite o aprofundamento de questões que atravessam meus trabalhos há muito tempo, mas que ganharam uma de suas formas mais claras na discussão que tentei empreender sobre a “crise da compreensão”, que, para mim, permanece como um desafio intelectual e um desafio histórico.

É desse entendimento que também decorre meu interesse em discutir o termo *conversão*.

Há cerca de cinco décadas atrás, Richard Schull, um pastor presbiteriano que atuou em países latino-americanos como missionário e professor, propôs que seminaristas, comumente da classe média, convivessem com as classes populares, no seu lugar de moradia, a fim de melhor entenderem as formas de compreensão e ação daqueles para os quais se dirigiam as atividades missionárias. Para Schull, esse ato de conviver com as classes populares em seu lugar de moradia seria uma forma de incorporar seu olhar para o

mundo, e esta seria uma condição essencial para uma atuação verdadeiramente envolvida com o enfrentamento da situação de profunda desigualdade e sofrimento que marcava o problema da pobreza nesses países. O termo usado por Schaul (César e Schaul, 2001) para fazer referência a essa forma de ação foi “conversão”, mas segundo um significado não convencional.

Em geral, o termo conversão é compreendido como passagem de uma crença para outra, de uma doutrina para outra. Também é comum entender-se que a conversão é a aceitação de uma missão indicada por Deus, a aceitação de um chamado divino. Schaul, porém, não entendia a conversão nesse sentido. Para ele, em sentido pleno, a conversão não pressupunha a crença em um Deus, nem o atendimento a um chamado divino, mas a adoção de um novo lugar a partir de onde se poderia compreender em profundidade os principais problemas para os quais buscamos soluções. Nesse sentido, Schaul indicou que, no mundo em que vivemos, a conversão, em sentido pleno, seria exclusivamente a conversão à questão da pobreza, ponto central para a discussão e enfrentamento de todos os demais problemas que, hoje e no futuro, nos desafiariam.

Acredito que a discussão do termo “conversão”, a partir dessa perspectiva, contribui de uma forma especial para a problematização dos nossos desafios de pensamento e de ação no campo da Educação Popular, no sentido de nos aproximarmos mais dos resultados históricos que desejamos.

Em um sentido convencional, ao longo da história, a idéia de conversão pode ser identificada, com sentidos diversos, em inúmeras propostas de ação nos campos religioso e político. No campo religioso, a idéia de conversão aos pobres aparece, por exemplo, com bastante nitidez, na religião católica, na fundação da Ordem Franciscana, destacando-se, porém, nesse caso, um sentido de renúncia ao mundo de opulência e riqueza. No campo político, também é possível identificar o princípio da conversão nas práticas de inserção de membros de organizações políticas nos espaços de vida e trabalho das massas populares. A idéia de conversão aí presente, porém, não pressupõem renúncia nem imersão na experiência de vida dos pobres, mas, na verdade, uma inserção popular de militantes políticos que, por meio de contatos cotidianos, tentam operar a conversão *dos pobres* a um projeto político elaborado fora daquele meio. São militantes que entram nos meios populares não para se modificarem, mas para modificarem os outros.

A idéia de Schaul, na qual me referencio, e que, de modo geral, é constituída dos mesmos princípios que orientaram a Teologia da Libertação, tem um elemento novo fundamental, implicado com questões não apenas políticas, mas também epistemológicas, de grande importância para o campo da Educação Popular: a idéia de que a conversão é um movimento de descentramento, uma mudança fundamental em termos do conjunto de experiências a partir do qual olhamos e

entendemos o mundo, as possibilidades de ação no mundo e a construção de um mundo possível para todos.

Esse, como se vê, não é um movimento a ser esperado das classes populares, mas das classes médias, habituadas a entenderem sua experiência como central, e a deduzir, disso, de um lado, sua autoridade e capacidade para dispor sobre os problemas do mundo, e, de outro, a permanente minoridade política e cultural das classes populares para disporem sobre as questões que afetam suas vidas. Tudo se passa como se o padrão de vida e de direitos das classes médias fossem extensíveis, sem mediações, para as classes populares, quando, na verdade, esses padrões resultam de formas históricas de utilização privilegiada de meios e recursos.

Acho importante lembrar aqui a discussão de Milton Santos sobre o conjunto de saberes práticos e valores produzidos às margens dos padrões de vida das classes médias, pelos imensos segmentos da população submetidos à experiência da escassez. Com todos os problemas e degradações impostos aos pobres, os espaços de vida das classes populares têm sido o lugar de construção de uma experiência humana de repartição, compartilhamento e solidariedade, capaz de indicar caminhos válidos para a transformação do mundo, incluindo-se, aqui, a urgência de enfrentamento de uma cultura de apropriação particularista e de esgotamento de todos os recursos naturais, econômicos e humanos, que não é suficientemente problematizada em nosso meio.

Sob essa ótica, a conversão – como movimento de confrontação de nossa experiência a partir do nosso submetimento à centralidade da experiência do outro, da tomada da experiência do outro como referência para se pensar o mundo – propicia, também, uma *conversão dos sentidos* que estamos habituados a atribuir às coisas. Se a experiência a partir da qual penso o mundo é a experiência constituída nos contextos de escassez, noções já naturalizadas de direitos, urbanização, escolarização, justiça, modernização, iniciativa, conhecimento, adquirem, inevitavelmente, novos delineamentos.

Não é o caso, certamente, de propormos a convivência com as classes populares na mesma forma proposta por Schaul. Sabemos das diferenças entre a prática profissional e a prática missionária. Mas devemos ter o máximo de atenção à construção de práticas que garantam uma relação profunda com a vida das classes populares, de forma a compreendermos o que é preciso fazer para que a Educação Popular não seja uma, dentre outras formas, de dizer ao outro o que fazer, a partir de uma experiência histórica e de condições que lhes são estranhas.

Referência bibliográfica

CESAR, Waldo e SHAULL, Richard (2001). *Pentecostalism and the future of the Christian Churches: promises, limitations, and challenges*. W.B. Eerdmans: Grand Rapids, MI.